



Prefeitura de Bom Jesus da Lapa - BA *Agente de Combate às Endemias*

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos variados
Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, ex positivo e dissertativo
Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos
Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto
Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exem plificação, generalização, particularização
Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido
Verbos: pessoa, número, tempo e modo. Vozes verbais. Transitividade verbal e nominal
Estrutura, classificação e formação de palavras
Funções e classes de palavras
Flexão nominal e verbal
Regência verbal e nominal
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação
Figuras de linguagem
Funções da linguagem
Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos
Acentuação gráfica
Pontuação: regras e efeitos de sentido. Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido
Sintaxe do Período Simples. Coordenação e subordinação
Crase
Ortografia
Questões
Gabarito
LEGISLAÇÃO DO SUS
Sistemas de saúde; História das políticas de saúde no Brasil: retrospectiva
A Saúde Pública no Brasil
Reforma sanitária
5d





Regulamento técnico da Atenção às Urgências (Diretrizes Gerais e Componentes da Rede Assistencial)	
Gestão do SUS: diretrizes para a gestão do SUS; Descentralização; Regionalização Financiamento; Regulação; Participação Popular	
Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS	
Planejamento e Programação	
Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	
Política Nacional da Atenção Básica (2017)	
Sistema Único de Saúde (SUS); Diretrizes e bases da implantação do SUS	
Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde	
Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças	
Modelos de atenção à saúde	
Constituição Federal (art. 196 a 200)	
Redes de Atenção à Saúde	
Atenção Primária à Saúde	
Vigilância em Saúde	
Promoção à saúde	
Controle social da saúde	
Estratégia de Saúde da Família	
Determinantes Sociais em Saúde	
Política nacional de humanização	
Sistemas de informação em saúde	
Doenças de notificação compulsória	
Questões	
Gabarito	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Ética e cidadania	
Noções sobre o Sistema Único de Saúde (SUS)	
Vigilância e educação em saúde	
Noções de Epidemiologia e saneamento	
Promoção da saúde e Processo saúde-doença (determinantes e condicionantes da doenças); Estratégias de avaliação em saúde	S
Conhecimento básico sobre doenças como leishmaniose, cólera, dengue, doença de chagas, esquistossomose, raiva, leptospirose, peste, malária, Esporotricose e febre amarela	e e
Controle e combate de vetores, pragas urbanas, animais sinantrópicos indesejáveis transmissores de raiva animal e demais zoonoses	S
Biologia dos vetores: identificação, operações de campo, reconhecimento geográfico tratamento focal, perifocal, bloqueio, EPI e formas de controle	,





Pesquisa Entomológica	49
Doenças transmitidas por alimentos e água	50
Manuseio de inseticida e uso de equipamentos de proteção individual	51
Organização e operação de campo	51
Questões	53
Gaharito	57







Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

4





Legislação do SUS

A história dos sistemas de saúde no Brasil é marcada por um processo de construção e transformação ao longo do tempo. A origem do sistema de saúde no Brasil remonta ao início do século XX, quando foram criados os primeiros serviços de saúde pública, voltados principalmente para o controle de epidemias.

Em 1923, foi criado o Departamento Nacional de Saúde, que tinha como objetivo coordenar as políticas de saúde no país. No entanto, a estruturação de um sistema de saúde universal e integrado só começou a ser construída a partir da Constituição de 1988, que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS) como o sistema de saúde oficial do país.

O SUS foi criado com o objetivo de garantir acesso universal e gratuito aos serviços de saúde para toda a população, independentemente da renda, e de forma descentralizada, com a participação dos estados e municípios na gestão e financiamento dos serviços de saúde. O SUS é financiado por recursos públicos provenientes dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

A partir da criação do SUS, foram implementadas políticas públicas e programas de saúde voltados para a atenção primária, prevenção de doenças e promoção da saúde, como o Programa Saúde da Família e o Programa Nacional de Imunizações. Além disso, foram criados mecanismos de regulação e controle da qualidade dos serviços de saúde, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

No entanto, o SUS ainda enfrenta desafios em relação ao financiamento e à gestão, com desigualdades regionais e problemas na oferta de serviços de média e alta complexidade. Por isso, é importante continuar investindo na melhoria do sistema de saúde no Brasil, visando garantir o acesso universal e integral aos serviços de saúde para toda a população.

A implementação dos sistemas de saúde no Brasil está diretamente relacionada com a história do país e as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas ao longo do tempo.

No início do século XX, com a urbanização acelerada das cidades e o aumento da migração para o país, surgiram graves problemas de saúde pública, como epidemias de doenças infectocontagiosas, falta de saneamento básico, higiene precária e condições insalubres de trabalho. Diante desse quadro, foram criados os primeiros serviços de saúde pública, com a criação do Departamento Nacional de Saúde, em 1923.

Na década de 1930, com a ascensão do Estado Novo, foram criados órgãos voltados para a saúde pública, como o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Esses órgãos tinham como objetivo garantir o atendimento médico-hospitalar para os trabalhadores urbanos e rurais.

Com a redemocratização do país na década de 1940, foram criados os institutos de previdência social estaduais, responsáveis por prestar assistência médica e hospitalar aos trabalhadores. No entanto, esses institutos eram restritos aos trabalhadores formais e suas famílias, deixando de fora uma grande parcela da população.

Na década de 1960, foram criados os primeiros serviços de medicina preventiva e saúde comunitária, inspirados no modelo cubano de atenção primária à saúde. No entanto, a ditadura militar (1964-1985) interrompeu esses avanços e fortaleceu o modelo curativo e hospitalocêntrico de atendimento à saúde.

A Constituição de 1988, que estabeleceu o SUS como o sistema de saúde oficial do país, marcou uma mudança radical na política de saúde no Brasil. O SUS tem como princípios a universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social, visando garantir acesso universal e gratuito aos serviços de saúde para toda a população brasileira.





Conhecimentos Específicos

Ética¹ é o nome dado ao ramo da filosofia dedicado aos assuntos morais. A palavra ética é derivada do grego, e significa aquilo que pertence ao caráter. A palavra "ética" vem do Grego "ethos" que significa "modo de ser" ou "caráter".

"A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano." (VASQUEZ)

Conforme o dicionário Mini Aurélio (FERREIRA, 2010) o conceito de ética é o "estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana do ponto de vista do bem e do mal; conjunto de normas e princípios que norteiam a conduta do ser humano."

A ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por esta razão, é um elemento vital na produção da realidade social. Todo homem possui um senso ético, uma espécie de "consciência moral", estando constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas.

Existem sempre comportamentos humanos classificáveis sob a ótica do certo e errado, do bem e do mal. Embora relacionadas com o agir individual, essas classificações sempre têm relação com as matrizes culturais que prevalecem em determinadas sociedades e contextos históricos.

A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os outros relações justas e aceitáveis. Via de regra está fundamentada nas ideias de bem e virtude, enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz.

A Ética no Trabalho

A ética está ligada a verdade e este é o primeiro passo para aproximar-se do comportamento correto. No campo do trabalho, a ética tem sido cada vez mais exigida, provavelmente porque a humanidade evoluía em tecnologia, mas não conseguiu se desenvolver na mesma proporção naquilo que se refere à elevação de espírito. A atitude ética vai determinar como um profissional trata os outros profissionais no ambiente de trabalho, os consumidores de seus serviços: clientes internos e externos entre outros membros da comunidade em geral.

A ética é indispensável ao profissional, porque na ação humana "o fazer" e "o agir" estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

CIDADANIA

Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática. Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressa-la; poder votar em quem quiser sem constrangimento; poder processar um médico que age com negligencia; devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta; ter direito de ser negro, índio, homossexual, mulher sem ser descriminado; e de praticar uma religião sem ser perseguido.

1 Referência

UFRRJ. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE TORIA E PLA-NEJAMENTO DE ENSINO. CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE REFLORESTAMENTO. Noções Básicas de Ética e Cidadania FERRREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Coord. Marina Baird Ferreira. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

n (6)